

VIGILANTES DA GESTÃO PÚBLICA

ESTATUTO SOCIAL

QUARTA ALTERAÇÃO

CAP. I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Art. 1º - O VIGILANTES DA GESTÃO PÚBLICA, podendo ser doravante chamado simplesmente VIGILANTES DA GESTÃO, é pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos, com sede provisória sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 228 - 10º andar, sala 1002, Centro, Curitiba, PR e foro na cidade de - Curitiba - PR, regido pelo presente Estatuto, pela Lei n.9790/99 e pelas disposições legais aplicáveis, podendo se configurar como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com prazo de duração indeterminado e com atuação em todo o território nacional.

CAP. II - OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 2º - O VIGILANTES DA GESTÃO tem como objetivo a proteção ao patrimônio público, podendo:

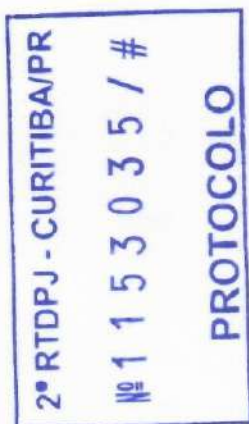
- I. Atuar como organismo de proteção ao patrimônio público e apoio às comunidades para pesquisa, análise e divulgação de informações sobre o comportamento de entidades e órgãos públicos com relação à aplicação dos recursos, ao comportamento ético de seus funcionários e dirigentes, aos resultados gerados e a qualidade dos serviços prestados;
- II. Incentivar e contribuir com o aprimoramento pessoal e profissional de membros da comunidade e de profissionais ligados as áreas de interesse do VIGILANTES DA GESTÃO, através de cursos, seminários, palestras, debates, grupos de estudos, entre outras atividades;
- III. Contribuir diretamente para que haja maior transparência na gestão dos recursos públicos, de acordo com o previsto no artigo 5º, incisos XIV e XXXIV; no artigo 37, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988;
- IV. Incentivar e promover o voluntariado nas ações educativas e operacionais no controle da gestão pública, a favor dos direitos do cidadão e contra a corrupção;
- V. Promover na esfera administrativa e junto ao Ministério Público, Poder Judiciário e Tribunais de Contas, a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao patrimônio público latu sensu, sob os aspectos da proteção do meio ambiente, patrimônio cultural, bens materiais e imateriais;
- VI. Colaborar na proteção ao Patrimônio Nacional, notadamente a aplicação dos recursos públicos, zelando pelos princípios da administração pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Eficiência;
- VII. Promover a ética universal sob todas as suas formas, a paz, o exercício da cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais.

Art. 3º - Para alcance dos seus objetivos, o VIGILANTES DA GESTÃO, poderá firmar convênios, contratos, termos de parceria, termos de cooperação e articular pela forma conveniente, com órgãos ou entidades públicas e privadas, empresas nacionais e estrangeiras.

Art. 4º - O direito de participar como associado do VIGILANTES DA GESTÃO é concedido às pessoas que venham a contribuir para a consecução da missão do VIGILANTES DA GESTÃO.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDO

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
(41) 3226-3605 - Curitiba - PR



Parágrafo Único - o ingresso de pessoas como associadas ao VIGILANTES DA GESTÃO, deverá ser feito através de manifestação formal das interessadas, na qual conste concordância plena com as condições estabelecidas no presente Estatuto e Regimento Interno do VIGILANTES DA GESTÃO.

Art. 5º - O VIGILANTES DA GESTÃO é constituído por número ilimitado de associados, distribuídos nas seguintes categorias:

- I. Associado fundador
- II. Associado efetivo
- III. Associado contribuinte;
- IV. Associado mantenedor;
- V. Associado voluntário.

Art. 6º - É associado fundador, a pessoa física presente na assembleia de constituição ou que venha associar-se no prazo máximo de trinta (30) dias corridos, após a assembleia de constituição.

Art. 7º - É associado contribuinte, pessoa física, que venha a solicitar sua adesão e seja aprovada pelo Conselho de Administração.

Art. 8º - É associado efetivo, o associado contribuinte, pessoa física, que tenha participado das atividades do VIGILANTES DA GESTÃO, por prazo não inferior a 3 (três) anos consecutivos sem faltas ou sanções administrativas e que tenha prestado relevantes serviços ao VIGILANTES DA GESTÃO, a qual poderá ser convidado pelo Conselho de Administração a compor a categoria.

Art. 9º - O associado mantenedor é pessoa jurídica que patrocina as atividades da associação, de forma constante ou periódica e tem direito a voto.

Art. 10º - O associado voluntário é pessoa física que venha a participar das atividades de forma espontânea e estando isento do pagamento de anuidades.

Art. 11º - Uma pessoa poderá pertencer a mais de uma categoria de associado.

CAP. III - DA ADMISSÃO, SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E DEMISSÃO

Art. 12º - Para admissão, o associado deverá preencher uma ficha cadastral que será analisada pelo Conselho de Administração e, uma vez aprovada, o novo associado será informado do seu número de matrícula e categoria a que pertence.

Art. 13º - O convite para efetivar o associado contribuinte será em forma de avaliação, pelo Conselho de Administração, após ter cumprido o prazo de 03 (três) anos de associado contribuinte, atendendo as normas deste Estatuto e do Regimento Interno do VIGILANTES DA GESTÃO.

Art. 14º - Quando um associado infringir o presente estatuto ou venha a exercer atividades que comprometam a ética, moral ou aspecto financeiro do VIGILANTES DA GESTÃO, o mesmo será passível de sanções da seguinte forma:

- I. Advertência por escrito,
- II. Suspensão dos seus direitos por tempo determinado,
- III. Exclusão do quadro de associados.

Art. 15º - A advertência, por escrito, será elaborada pelo Conselho de Administração, com aviso de recebimento, informando a motivo.

Art. 16º - Perdurando o fato que provocou a advertência, a associado terá seus direitos suspensos temporariamente por determinação do Conselho de Administração.

Art. 17º - Na hipótese de cometimento de outras transgressões, no período de 12 (doze) meses corridos, o Conselho de Administração solicitará a instauração pela Assembleia Geral Extraordinária do processo de exclusão do associado.

Art. 18º - Instaurado o processo de exclusão será assegurado ao associado o exercício do direito de defesa perante a Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 19º - O associado excluído poderá retornar ao quadro de associados, após 03 (três) anos de afastamento.

Art. 20º - Para demissão espontânea, basta ao associado encaminhar a solicitação do seu afastamento temporário ou definitivo, através de correspondência dirigida à secretaria do VIGILANTES DA GESTÃO.

CAP. IV - DOS DIREITOS E DEVERES DO ASSOCIADO

Art. 21º - São direitos dos associados:

- I. Frequentar a sede do VIGILANTES DA GESTÃO,
- II. Usufruir as serviços oferecidos pelo VIGILANTES DA GESTÃO
- III. Participar das assembleias
- IV. Manifestar-se sobre os atos e decisões e atividades do VIGILANTES DA GESTÃO
- V. Aos associados fundadores, efetivos, o direito de votar e ser votado, submetendo-se ao processo eletivo, nos termos previstos neste Estatuto e no Regimento Interno.

Parágrafo Único — Na ausência de número suficiente de associados fundadores e efetivos para compor os cargos dos Conselhos previstos neste Estatuto, um ou mais associado fundador poderá apresentar nomes convidados que serão aprovados em Assembleia Extraordinária, convocada para este fim e já com a definição de qual cargo ocupará na Chapa de Eleição, passando este a condição de associado efetivo.

Art. 22º - São deveres dos associados:

- I. Acatar as decisões das assembleias,
- II. Atender aos objetivos do VIGILANTES DA GESTÃO,
- III. Zelar pelo nome do VIGILANTES DA GESTÃO,
- IV. Participar das atividades do VIGILANTES DA GESTÃO,
- V. Contribuir na apresentação das propostas, projetos e programas,
- VI. Pagar anuidades, segundo sua categoria,
- VII. Manter em dia o pagamento das contribuições e serviços utilizados,

CAP. V- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 23º - A estrutura organizacional do VIGILANTES DA GESTÃO é constituída por associados, na forma deste estatuto, denominados Conselheiros, e que compõem os diversos órgãos administrativos.

Art. 24º - São órgãos do VIGILANTES DA GESTÃO:

Deliberativos:

- I. Assembleia Geral;
- II. Conselho de Administração;
- III. Conselho Fiscal.

Executivos:

- I. Secretaria Executiva;
- II. Departamentos.



Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração poderá criar outros órgãos de apoio ou de caráter executivo como núcleos, comissões, secretarias, departamentos, de acordo com a necessidade de estruturação das atividades do VIGILANTES DA GESTÃO.

Parágrafo Segundo - Outros órgãos que venham a ser criados pelo Conselho de Administração, na forma do parágrafo acima, deverão ter sua forma de atuação disciplinada pelo Regimento Interno.

Art. 25º - Os Conselheiros serão admitidos conforme cada categoria de associado na forma deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - Os associados e os membros integrantes dos órgãos administrativos não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelos ônus financeiros e obrigações regularmente assumidas pelo VIGILANTES DA GESTÃO, salvo quando agirem comprovadamente com culpa ou dolo, nos termos da Lei.

Parágrafo Segundo - É vedada a distribuição de lucros, superávits, bonificações, remunerações e quaisquer outras vantagens aos Conselheiros, pelo exercício de suas funções nos Conselhos do Vigilantes da Gestão.

Art. 26º - Os Conselheiros dos órgãos administrativos podem pedir a renúncia a qualquer tempo, mediante pedido por escrito e protocolado, não implicando a renúncia em exclusão das obrigações assumidas pelo Conselheiro ou a responsabilidade pelos atos praticados no seu cargo.

CAP. VI - DAS ASSEMBLEIAS

Art. 27º - A Assembleia Geral Ordinária ocorrerá sempre a cada quatro anos.

Art. 28º - A convocação da Assembleia Geral Ordinária será realizada por um dos seguintes meios:

- I. Por publicação na imprensa local, com antecedência mínima de dez dias corridos;
- II. Por meio de circular entre os associados;
- III. Por fixação do edital no quadro de aviso da secretaria da sede da Entidade
- IV. Por meio eletrônico de comunicação (e-mail e/ou aplicativo de mensagens).

Art. 29º - Compete a Assembleia Geral Ordinária:

- I. Eleger os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal a cada quatro (04) anos;
- II. Aprovar o plano de trabalho e prestação de contas bienal.

Art. 30º - A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada quantas vezes se fizerem necessário, sempre que o assunto for de interesse do VIGILANTES DA GESTÃO.

Art. 31º - As Assembleias Gerais Extraordinárias poderão ser convocadas:

- I. Pelo Conselho de Administração;
- II. Pelo Conselho Fiscal;
- III. Por 1/5 (um quinto) de associados em pleno gozo dos seus direitos.

Art. 32º - Compete a Assembleia Geral Extraordinária:

- I. Discutir assuntos referentes a bens e patrimônios do Vigilantes da Gestão;
- II. Discutir e aprovar a dissolução da entidade;
- III. Destituir membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
111 9995-9999 Curitiba - PR

2º RTDPJ - CURITIBA/PR

Nº 1 1 5 3 0 3 5 / #

PROTOCOLO

- IV. Alterar ou reformar o presente estatuto;
- V. Demais assuntos de relevância não previstos no presente Estatuto.

Art. 33º - Para as deliberações a que se referem às cláusulas do Art. 33º é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes na Assembleia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço), nas convocações seguintes.

Art. 34º - No edital de convocação das assembleias deverá constar:

- I. Data da assembleia;
- II. Horário da assembleia;
- III. Local com endereço completo;
- IV. Pauta da assembleia;
- V. Quórum mínimo para realização.



Art. 35º - Todos os associados com direito a voto e em pleno gozo dos seus direitos poderão participar e votar nas assembleias.

Parágrafo Único - Quando da realização da assembleia, será disponibilizada uma listagem de associados com direito a voto.

Art. 36º - Os critérios para votação em assembleias, respeitado o disposto no Código Civil em vigor, serão definidos no regimento interno do VIGILANTES DA GESTÃO.

Art. 37º - As assembleias serão abertas para participação do público em geral sem restrições, inclusive com direito à manifestação, porém, sem direito a voto.

CAP. VII- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 38º - O Conselho de Administração é o órgão deliberativo e executivo do VIGILANTES DA GESTÃO, com membros assim distribuídos:

- I. Presidente
- II. Vice-Presidente para Assuntos Administrativo-financeiros
- III. Vice-Presidente para Assuntos de Controle da Gestão Pública

Parágrafo Único - Os membros do Conselho de Administração terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 39º - O Conselho de Administração reunir-se-á regularmente para avaliação das atividades do VIGILANTES DA GESTÃO, aprovar planos de ação e os balancetes do VIGILANTES DA GESTÃO e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do seu Presidente ou por maioria simples dos seus membros, consignando-se em ata suas decisões.

Art. 40º - Compete ao Conselho de Administração:

- I. Administrar o VIGILANTES DA GESTÃO, desenvolvendo projetos/programas;
- II. Constituir a Secretaria Executiva, contratar e demitir funcionários;
- III. Criar outros órgãos de apoio e de caráter executivo;
- IV. Decidir sobre admissão e desligamento de associados;
- V. Definir sua forma de organização e funcionamento;
- VI. Elaborar o regimento interno e o relatório anual de suas atividades;
- VII. Propor a criação de outras categorias de associados;
- VIII. Propor alterações no presente estatuto;
- IX. Realizar a prestação de contas e o balanço de cada exercício, para que

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504

sejam submetidos à apreciação do Conselho Fiscal, bem como da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - A formação do quadro funcional do VIGILANTES DA GESTÃO, contratação e demissão de funcionários permanentes ou temporários, definição de cargos e salários, criação de normas administrativas gerais, são também atribuições do Conselho de Administração, regulamentadas em Regimento Interno.

Art. 41º - O Conselho de Administração poderá, a seu critério, convidar os associados a compor grupos de trabalho, independentes da estrutura administrativa, para desenvolver atividades, como:

- I. Grupos de estudos e pesquisas
- II. Realização de eventos, congressos, seminários e feiras.
- III. Serviços de voluntariado,
- IV. Demais atividades de interesse dos associados, que não firam os do VIGILANTES DA GESTÃO.

Art. 42º - Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- I. Representar o VIGILANTES DA GESTÃO ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, em suas relações com a administração pública e qualquer terceiro, praticando todos os atos referentes à realização de seus fins e à defesa e proteção dos direitos e interesses do VIGILANTES DA GESTÃO;
- II. Presidir as reuniões do Conselho de Administração;
- III. Assinar contratos e constituir *procuradores "ad judicia"* e *"ad negotia"*, especificando os poderes nos respectivos instrumentos;
- IV. Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinando cheques, ordens e requisições;
- V. Assinar correspondências que de qualquer modo obriguem o VIGILANTES DA GESTÃO.

Art. 43º - Aos Vice-presidentes compete:

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto,
- II. Propor planos de ação para suas áreas específicas,
- III. Propugnar pelo alcance dos objetivos do VIGILANTES DA GESTÃO,
- IV. Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos.

Parágrafo Primeiro - sobre as competências específicas de cada Vice-presidente:

- I. Ao Vice-Presidente para Assuntos Administrativo-financeiros compete coordenar e avaliar o registro e o zelo pelas contas, contratos e aquisições do VIGILANTES DA GESTÃO, sendo também o substituto imediato do Presidente nas suas faltas e impedimentos.
- II. Ao Vice-Presidente para Assuntos de Controle da Gestão Pública compete coordenar o levantamento dos resultados do trabalho do VIGILANTES DA GESTÃO e a divulgação de seu impacto na mudança das políticas sociais, visando a maior participação da sociedade.

Parágrafo Segundo - Nas faltas e impedimentos do Presidente, qualquer um demais Vice-Presidentes poderá substituir o Presidente na assinatura de cheques e outros documentos.

Parágrafo Terceiro - Os membros do Conselho de Administração não poderão acumular cargos no Conselho Fiscal.

CAP. VIII - CONSELHO FISCAL

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
411 9994-9999 - Curitiba - PR

2º RTDPJ - CURITIBA/PR
Nº 1153035 / #
PROTOCOLO

Art. 44º - O VIGILANTES DA GESTÃO terá um Conselho Fiscal composto de 03 (três) membros, sendo dois titulares e um suplente, com mandato concomitante aos demais Conselhos, de 04 (quatro) anos, com direito à recondução.

Parágrafo Único - O conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada dois ano ou, extraordinariamente, quando convocado pelo Conselho de Administração ou sempre que as ações do VIGILANTES DA GESTÃO venham a requerer.

Art. 45º - Compete ao conselho Fiscal:

- I. Acompanhar os trabalhos de eventuais auditores externos independentes;
- II. Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral.
- III. Examinar e proferir parecer sobre o balanço patrimonial e demonstrações financeiras,
- IV. Examinar os livros e escrituração do VIGILANTES DA GESTÃO;
- V. Opinar sobre atos de caráter econômico e financeiro, sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres, quando solicitado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único - É prerrogativa do Conselho Fiscal a contratação de auditoria externa, para avaliação das contas e balancetes do VIGILANTES DA GESTÃO, em cumprimento aos dispositivos legais.

CAP. IX – DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 46º - A estrutura administrativa da Secretaria Executiva será dimensionada conforme volume de atividades a ser administrado, podendo variar em função do número de departamentos e dos programas e projetos, sendo que sua criação é facultativa ao funcionamento do VIGILANTES DA GESTÃO.

Art. 47º - Os profissionais integrantes da Secretaria Executiva serão contratados e remunerados na forma da Lei, sendo subordinados ao Conselho de Administração do VIGILANTES DA GESTÃO.

Parágrafo Único - Caso a função seja exercida por um associado, o mesmo fica com seus direitos de associado suspensos enquanto ocupar o cargo, não podendo votar nos assuntos administrativos, sem prejuízo dos seus direitos.

Art. 48º - Compete à Secretaria Executiva:

- I. Administrar o **VIGILANTES DA GESTÃO** sob o comando do Conselho de Administração;
- II. Organizar e executar os planos de trabalho;
- III. Acompanhar as ações das unidades de trabalho;
- IV. Manter em dia as contas e a documentação necessária;
- V. Emitir relatórios periódicos;
- VI. Buscar formas de atualização técnica e otimização do trabalho.



CAP. X - DAS ELEIÇÕES

Art. 49º - O Presidente do Conselho de Administração do VIGILANTES DA GESTÃO convocará Assembleia Geral Ordinária a cada quadriênio, para a eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Parágrafo Primeiro - A convocação será feita conforme definido no Art. 30º, a indicação de Comissão Eleitoral constituída por três conselheiros indicados, com prazo de dez dias antes das eleições.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Curitiba - PR



Parágrafo Segundo - Somente poderão ser candidatos os associados fundadores e efetivos, desde que estejam em pleno gozo dos seus direitos.

Parágrafo Terceiro - Terão direito a voto todos os associados no exercício das condições previstas nos Cap. III e V deste Estatuto.

Parágrafo Quarto - Cada Conselheiro terá direito a um voto, vedado o voto por procuração e a acumulação de votos.

Art. 50º - O registro das chapas deverá ser feito na sede do VIGILANTES DA GESTÃO, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias antes das eleições, obedecidos os seguintes critérios:

- I. Pedido de registro de chapa contendo a indicação dos associados candidatos que comporão os 03 (três) membros do Conselho de Administração e os 03 (três) membros do conselho Fiscal;
- II. O pedido de registro será assinado pelos candidatos, sendo vedada a inclusão de um mesmo candidato em mais de uma chapa;
- III. Declaração individual assinada pelos candidatos de que não estão impedidos de exercer em cargos eletivos no VIGILANTES DA GESTÃO, não são falidos ou cometeram crimes dolosos;
- IV. Apresentação de cópia de documento de identidade, do cadastro de pessoa física perante a Receita Federal e comprovante de residência, bem como certidão demonstrando não estar filiado a Partido Político.

Art. 51º - Ocorrendo qualquer irregularidade no registro, o candidato a conselheiro será comunicado por escrito para que proceda à regularização dentro de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de impugnação da mesma.

Parágrafo Primeiro - O pedido de impugnação da chapa deverá ser realizado por escrito, até 02 (dois) dias corridos após a assembleia e deverá ser protocolado junto à secretaria do VIGILANTES DA GESTÃO.

Parágrafo Segundo - O pedido de impugnação será analisado pela Comissão Eleitoral, que terá prazo máximo de 03 (três) dias corridos para fornecer o parecer.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo a impugnação, será prorrogado automaticamente o mandato da gestão em exercício, até a nova Assembleia de Eleição.

Art. 52º - As eleições serão realizadas na sede do VIGILANTES DA GESTÃO, conforme convocação, sendo ato contínuo à realização da apuração dos votos, a posse da nova diretoria.

Art. 53º - A eleição ocorrerá em Assembleia Geral Ordinária, convocada para o fim específico, da seguinte forma:

- I. Serão indicados dois membros entre os presentes para condução da Assembleia de eleição que não sejam candidatos,
- II. Um dos membros será o presidente da mesa e outro o secretário,
- III. Para cada chapa candidata, será destinado um período para apresentação da sua plataforma de trabalho,
- IV. A votação será secreta, aberto para todos os associados em pleno gozo dos seus direitos,
- V. Os votos serão depositados em uma urna lacrada, exposta na mesa do presidente da assembleia,
- VI. Encerrada a votação, será realizada a contagem dos votos e, após o escrutínio, será proclamada a chapa eleita.

Parágrafo Único - A apuração dos votos será realizada nas próprias mesas eleitorais, com presença dos fiscais indicados pelas chapas concorrentes e dos membros da Comissão Eleitoral, sendo o resultado divulgado através de edital afixado na sede do

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
111 3225-3905 - Curitiba - PR

2º RTDPJ - CURITIBA/PR

Nº 1153035 / #

PROTOCOLO

VIGILANTES DA GESTÃO.

Art. 54º - Terminada a apuração dos votos, os membros da Comissão Eleitoral farão a lavratura da ata, contendo o resultado da votação.

Art. 55º - Será considerada nula a votação, devendo ser novamente realizada quando apresentar número de votos diverso do número de conselheiros e associados votantes.

Art. 56º - Em caso de empate na votação será eleita a chapa cujo candidato a Presidente do Conselho de Administração for o mais idoso, cuja prova deverá ser feita assim que terminada a apuração, para a declaração do vencedor.

Art. 57º - Os eleitos poderão ser empossados imediatamente após a apuração dos votos ou em solenidade a ser realizada até 30 dias após as eleições.

CAP. XI - DO PATRIMÔNIO

Art. 58º - Constituem patrimônio do VIGILANTES DA GESTÃO:

- I. As contribuições, doações, subvenções, legados e auxílios de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, representado por bens móveis e imóveis;
- II. Os bens móveis ou imóveis por ela adquiridos ou recebidos na realização de seus fins e as rendas deles auferidas e usufrutos que lhe forem conferidos.

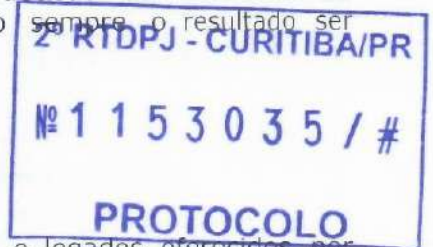
Parágrafo Primeiro - O patrimônio do VIGILANTES DA GESTÃO, constituído de bens imóveis, será identificado em escritura pública, tendo sido adquirido ou recebido em doação, livre e desembaraçado de ônus.

Parágrafo Segundo - Os bens imóveis, bem como os bens móveis de relevante valor, somente poderão ser alienados por decisão do Conselho de Administração, após parecer do Conselho Fiscal, devendo sempre o resultado ser revertido para os fins do VIGILANTES DA GESTÃO.

CAP. XII- DAS RECEITAS

Art. 59º - Constituem receitas do VIGILANTES DA GESTÃO:

- I. Valores decorrentes das contribuições, doações e legados oferecidos por terceiros.
- II. Recursos financeiros, taxas, anuidades ou mensalidades, oriundos das contribuições feitas pelos associados nos termos do Cap. III deste Estatuto, bem como de outras entidades públicas ou privadas.
- III. As decorrentes das rendas e usufrutos auferidos de bens móveis ou imóveis de sua propriedade ou de terceiros ou que venham a constituir através de contrato ou termo de acordo ou parceria.
- IV. As resultantes da prestação de serviços, comercialização de produtos e ou receitas de produção de bens ou mercadorias, ou ainda de publicações e inscrições de cursos, palestras e outros eventos.
- V. As dotações, subvenções eventuais ou resultados de termos de parcerias recebidos diretamente da União, dos Estados e Municípios ou através de órgãos públicos de administração direta ou indireta.
- VI. Os produtos de operações de crédito, internas ou externas, para financiamento de suas atividades, bem como os rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade e de seu patrimônio.
- VII. As rendas em seu favor constituídas por terceiros, juros bancários e outras receitas de capital.
- VIII. As doações de pessoa física ou jurídica a título de incentivo fiscal ou renúncia



- fiscal, em conformidade com legislação específica.
- IX. Outras contrições e taxas diversas.

Parágrafo Primeiro - A contratação de empréstimo financeiro que venha a contrair de bancos ou através de particulares, que venha agravar de ônus o patrimônio do VIGILANTES DA GESTÃO, dependerá de aprovação do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo - As receitas auferidas pelo VIGILANTES DA GESTÃO serão aplicadas, integralmente, no país e na manutenção e desenvolvimento de suas atividades, bem como na manutenção do seu patrimônio e consecução dos seus objetivos.

Parágrafo Terceiro - Na ocorrência de "superávit" financeiro, o valor apurado será utilizado exclusivamente para o atendimento das finalidades do VIGILANTES DA GESTÃO, sejam elas cumpridas através de estrutura própria ou pela estrutura de organizações afins conveniadas, contratadas ou patrocinadas pelo VIGILANTES DA GESTÃO.

Parágrafo Quarto - É vedada a remessa ou transferência de recursos do VIGILANTES DA GESTÃO para o exterior ou a distribuição de eventuais lucros ou dividendos aos associados.

CAP. XIII - EXERCÍCIO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 60º - O exercício financeiro corresponde ao ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro, em cuja data o balanço anual será fechado e demais demonstrações financeiras, na conformidade da legislação vigente, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

Parágrafo primeiro - O Conselho de Administração do VIGILANTES DA GESTÃO, na administração das suas contas, deverá observar os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Parágrafo segundo - disponibilizar, no encerramento do exercício fiscal, relatório de atividades e das demonstrações financeiras, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, que deverão acompanhar a prestação de contas e ser colocado à disposição para exame de qualquer conselheiro, membro da estrutura administrativa do VIGILANTES DA GESTÃO.

Parágrafo Terceiro - Promover a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos públicos, objeto de termo de parceria, conforme previsto na Lei n. 9.790/99.

Parágrafo Quarto - Realizar a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública eventualmente recebidos, em conformidade com o que determina o § único do art 70 da Constituição Federal.

CAP. XIV - DOS LIVROS

Art. 61º - O VIGILANTE DA GESTÃO manterá os seguintes livros:

- I. De ata das Assembleias e reuniões,
- II. De presença das Assembleias e reuniões,
- III. De livros fiscais e contábeis,
- IV. Demais livros exigidos pelas legislações.

Art. 62º - Os livros poderão ser confeccionados em folhas soltas, numeradas e arquivadas.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDO 10
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 9996-9996 Curitiba - PR



Art. 63º - Os livros estarão sob a guarda da Secretaria Executiva e sob a responsabilidade do Vice-Presidente para Assuntos Administrativo - financeiros do Conselho de Administração do VIGILANTES DA GESTÃO, devendo ser conferidos e rubricados anualmente pelo presidente e pelo Conselho Fiscal.

CAP. XV - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 64º - Os Integrantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não serão remunerados pelo exercício de suas funções, ficando expressamente vedada por parte de seus membros o recebimento de qualquer superávit, gratificação, bonificação ou vantagens, pelos cargos exercidos junto ao VIGILANTES DA GESTÃO, ressalvado o ressarcimento das despesas realizadas, quando em serviço da entidade, através de comprovantes de despesas.

Parágrafo Único - Aos Conselheiros é vedado qualquer ato ou prática que venha a trazer benefício e ou vantagem pessoal, diretos ou indiretos, individuais ou coletivos, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

Art. 65º - Em casos de constatados problemas de conduta ética do associado ou mau uso do nome do VIGILANTES DA GESTÃO, o Conselho de Administração poderá propor a formação de uma comissão de sindicância, formado pelos associados, com o mínimo de 03 (três) membros, para análise da situação e fornecer pareceres para decisão administrativa.

Art. 66º - O VIGILANTES DA GESTÃO deverá manter em caixa o numerário estritamente necessário à realização de pagamentos imediatos, bem como conservar em conta bancária as importâncias destinadas ao cumprimento das obrigações em curto prazo.

Art. 67º - As compras efetuadas pelo VIGILANTES DA GESTÃO, em razão dos serviços por ele executados, deverão seguir as normas do Regimento Interno.

Art. 68º - A escrituração deverá abranger todas as operações do VIGILANTES DA GESTÃO e as receitas e despesas deverão ser contabilizadas com base no regime de competência.

Art. 69º - A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelo VIGILANTES DA GESTÃO será realizada conforme determinado no Cap. XIV do presente Estatuto.

Art. 70º - O VIGILANTES DA GESTÃO poderá contratar com terceiros a prestação de serviços técnicos ou especializados, desde que praticados os valores de mercado correspondentes à região de sua atuação.

Art. 71º - A fim de cumprir seus objetivos, o VIGILANTES DA GESTÃO poderá contratar estagiários, oferecendo campo de estágio para estudantes, bem como abrir projetos e programas à participação de voluntários, nos termos da Lei.

Art. 72º - Para alterar o presente Estatuto é necessário que a reforma seja aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, desde que não contrarie a finalidade do VIGILANTES DA GESTÃO.

Art. 73º - O VIGILANTES DA GESTÃO extinguir-se-á, por deliberação unânime da Assembleia Geral Extraordinária nos casos previstos em Lei ou quando verificada a impossibilidade de realizar seus fins.

Art. 74º - Extinto o VIGILANTES DA GESTÃO, o seu patrimônio será transferido à

outra pessoa jurídica, qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social do VIGILANTES DA GESTÃO.

Parágrafo Único - Da mesma forma, na eventualidade do VIGILANTES DA GESTÃO perder a qualificação de OSCIP, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que durou aquela qualificação, será transferido à outra pessoa jurídica qualificada, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo estatutário.

Art. 75º - As funções de membro de Conselho Fiscal não poderão ser exercidas por parentes até o terceiro grau dos membros do Conselho de Administração.

Art. 76º - Os casos omissos, se não regulados por este Estatuto ou pela Lei, serão dirimidas pelo Conselho de Administração, com anuência da Conselho Fiscal do VIGILANTES DA GESTÃO.

CAP.XVI - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 77º - A presente alteração estatutária entra em vigor a partir da sua aprovação em Assembleia Extraordinária, convocada para este fim e respectivo trâmite legal para registro e demais providências cabíveis.

Curitiba, 04 de outubro de 2021.

Sir Carvalho
Presidente do Conselho de Administração

Sidney de Carvalho
Vice-presidente Assuntos Administrativos/Financeiros

RAPHAEL
MARCONDES
KARAN

Assinado de forma digital
por RAPHAEL MARCONDES
KARAN
Dados: 2021.10.21 16:41:10
-03'00'

Raphael Marcondes Karan

OAB/PR 30.375

Advogado

2º RTDPJ - CURITIBA/PR
Nº 1153035 / #
PROTOCOLO



Serviço Distrital do Caluro - João Geraldo Lazzarotto
Av. Presidente Afonso Camargo, 753 - Curitiba - PR CEP 80.050-370 - Fone/Fax: (41) 3262-3553

Selo nº 1413X7MqtoAF135mFkKx6PK5b
<https://selo.funarpem.com.br/consulta>

Reconheço por SEMELHANÇA as assinaturas de SIDNEY DE CARVALHO (342737) e SIR CARVALHO (342732) "0121" Do 1º de Curitiba Paraná, 20 de dezembro de 2021

Em Teste da Verdade

João Paulo Nerone - Escrevente

e-mail: carltonerone@uol.com.br

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Curitiba - PR

2º REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE CURITIBA

ELISA DE FÁTIMA DUDECHER AZEVEDO
OFICIAL DE REGISTRO
RUA MONSENHOR CELSO, 28 | 8º ANDAR
CEP 80030-450 | CURITIBA | PR
4. 3023 2444 | 4. 99575 2144



PROTOCOLO Nº 1.153.035
AVERBADO- REG. Nº 11.718 LIVRO A
DISTRIBUIÇÃO Nº 122000000114
Curitiba-PR, 06 de janeiro de 2022

Francisco Cesar Cecilio
Escrevente

Emolumentos: R\$24,60 (VRC 100,00) Funrejus: R\$9,92, ISSQN:
R\$0,98, FUNDEP: R\$1,23, Selo: R\$1,50, Fotocópia: R\$0,74,
Microfilme: R\$0,74.
Selo: 1307MeQdCu4t35Cko8WJ4t8V
<https://selo.funarpen.com.br/consulta>



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-5905 - Curitiba - PR

DISTRIBUIDO SOB Nº 122-114
AO 2º OFÍCIO

Selo Digital: F375e.70q9F 9eYy0-7a00Z LU0aH
<https://selo.funarpen.com.br>

CUSTAS

Lei Estadual nº11960/97, Tabela XVI-Distrib
Ile, III, IV e nota 2. Cobrança selo em
cumprimento ao Ofício do FUNARPEN VRCs 0, 217

() DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs) R\$18 22
() AVERBAÇÃO (26 VRCs) R\$ 6 77
() SELO

R\$ 2 63 Curitiba, 28/12/2021

